



Lan houses e telecentros: semelhanças e diferenças na apropriação tecnológica de espaços de inclusão digital¹

Olívia Bandeira de Melo Carvalho²

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Cresce o número de lan houses no país, ao lado de telecentros instalados por governos visando o combate à “exclusão digital”. A popularização das lan houses é acompanhada, porém, de uma polêmica: para alguns autores, esse “fenômeno” está promovendo a inclusão digital no Brasil, enquanto outros acreditam que somente os telecentros são capazes de incluir a população em nossa sociedade midiaticizada. Desconfiando da dicotomia, este artigo apresenta dados iniciais resultantes da observação e análise de uma lan house e um telecentro de uma “comunidade” de baixa renda do município de Niterói (RJ), e a discussão das diferentes modalidades de apropriação tecnológica nesses espaços, buscando contribuir para a desnaturalização de alguns termos desse debate.

Palavras-chave: inclusão digital; lan houses; telecentros; sociabilidade; mobilidade social

Introdução

É cada vez mais frequente a discussão sobre o significado do acelerado desenvolvimento tecnológico das últimas décadas para o bem-estar das sociedades. O atual período, que alguns classificam como da terceira revolução tecnológica ou revolução informacional (SILVEIRA, 2005), tem sido analisado como possibilitador de grandes mudanças na sociedade, em áreas diversas como saúde, educação, política, trabalho, sociabilidade e exercício da cidadania. Para alguns, a tecnologia traz a promessa de um futuro melhor para a humanidade; para outros, só aumenta o abismo que separa as nações e, dentro delas, aqueles que detêm ou não o poder econômico para ter acesso a ela.

É neste contexto que se insere a discussão sobre “inclusão digital”, expressão cada vez mais presente no imaginário das pessoas, naturalizada através de um processo que conta com uma série de mecanismos que compreendem, hoje, não só a mídia de massa, mas governo, intelectuais, escolas, ONGs e grandes empresas. A inclusão digital tem sido tratada – na mídia, nos discursos políticos, nas propagandas das empresas de informática e telecomunicações e em análises acadêmicas - como essencial para a inclusão social, para a diminuição de desigualdades entre países e entre os indivíduos e regiões de um mesmo país.

¹ Trabalho apresentado no GP Cibercultura, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do LabCULT (<http://labcult.blogspot.com>). E-mail: oliviabandeira@gmail.com



O combate à “exclusão digital” no Brasil se apóia em dados que mostram que o percentual de brasileiros com acesso à internet e ao computador no país ainda é de, respectivamente, 38% e 41% da população³. O Estado tem desenvolvido uma série de ações para reverter este quadro. Um dos principais programas é o Computador para todos, do governo federal, que oferece financiamento público e isenta de PIS e COFINS computadores de até R\$ 2 mil e notebooks de até R\$ 4 mil⁴, com o objetivo de aumentar o consumo doméstico dos mesmos. No entanto, a venda de máquinas não é acompanhada do crescimento da contratação de serviços de internet, porque esses ainda são caros no Brasil e porque muitos locais – cidades do interior, meio rural e mesmo “comunidades” de baixa renda das grandes cidades – ainda não têm estrutura de acesso à banda larga⁵.

Outra linha prioritária de ação dos governos federal, estaduais e municipais, no que se refere ao combate à “exclusão digital”, é a instalação de telecentros – centros públicos de acesso gratuito ao computador e à internet – em localidades de baixa renda dos centros urbanos e em “comunidades” rurais. Os dados do CGI – Comitê Gestor da Internet no Brasil indicam que, apesar dos esforços, somente 3% dos acessos da população brasileira acontecem em centros públicos gratuitos. A maior parte das conexões acontece nos centros públicos de acesso pago – as lan houses e os cibercafés. Em 2008, a pesquisa do CGI mostrou que 49% dos brasileiros, sobretudo os mais pobres, se conectavam nesses centros pagos, o que levou os pesquisadores a classificar esta expansão como “o fenômeno das lan houses”.

A popularização das lan houses veio acompanhada, porém, de uma polêmica: para alguns autores, esse “fenômeno” está promovendo a inclusão digital no Brasil, enquanto outros acreditam que somente os telecentros são capazes de incluir a população na sociedade midiática que caracteriza nossos dias. Desconfiando desta dicotomia e buscando aprofundar a discussão, este artigo apresenta dados iniciais resultantes da observação e análise comparada de uma lan house e um telecentro localizados em uma “comunidade”⁶ de baixa renda do

³ Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2008. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2008/index.htm>

⁴ Dados disponíveis em: <http://www.computadorparatodos.gov.br/noticias/mercado-de-pcs-continua-crescendo-apos-incentivos-do-governo>.

⁵ O Brasil possui mais de R\$ 6 bilhões acumulados no FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que foi criado em 2000, no processo de privatização das companhias telefônicas, com o objetivo de levar conexão aos locais não atendidos pelo mercado. O FUST é alimentado por uma contribuição de um por cento sobre a receita operacional bruta, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado, além de outras verbas fixadas em lei. O dinheiro estava parado no caixa do governo federal, para incrementar o superávit primário. Notícia publicada recentemente no portal TeleTimes News indica que o fundo poderia ter mais de R\$ 8 bilhões, se o governo não tivesse gastado R\$ 2,1 bilhões para pagamento de dívida pública. Disponível em: <http://www.teletime.com.br/News.aspx?ID=136680>.

⁶ Optamos por nos referir ao Morro do Limão como “comunidade”, porque esta é a forma como grande parte dos moradores se referem ao local. Para não confundirmos a categoria utilizada pelos moradores com um único conceito possível de comunidade, categoria importante nos debates das ciências humanas e sociais, utilizaremos a palavra entre aspas sempre que estivermos nos referindo à categoria nativa.



município de Niterói (RJ), discutindo as diferentes modalidades de apropriação tecnológica em cada um desses espaços. Fazer uma etnografia da lan house e do telecentro significa observar e participar do cotidiano de jovens - o principal público desses espaços - de forma intensiva e por um período longo, através da observação participante; e tentar construir uma narrativa, uma “descrição densa” e uma interpretação das vozes e gestos desses jovens (GEERTZ, 1989), buscando compreender o significado que eles atribuem às novas tecnologias de comunicação em suas vidas.

A pesquisa etnográfica contribui para o questionamento de algumas afirmações sobre essa sociedade midiática que tendem a serem naturalizadas, contribuindo, assim, para a inclusão digital no Brasil, num momento em que ela tem sido instrumentalizada nos discursos políticos como forma de promover a inclusão social. Ajuda também a identificar tópicos que ainda serão aprofundados: por que os conceitos de inclusão/exclusão digital se tornaram centrais? O que significa a inserção ou não dos indivíduos nessa sociedade? Como ela acontece? Qual o papel do Estado no processo? Quais são os limites desse discurso?

“Inclusão digital” no Morro do Limão⁷

O Morro do Limão⁸ possui três lan houses e um telecentro mantido pela prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a associação de moradores. Além desses espaços, há um laboratório na escola municipal de ensino fundamental e educação de jovens e adultos, para utilização exclusiva dos alunos da instituição. Não conseguimos encontrar dados precisos sobre o número de pessoas conectadas à internet em seus domicílios, mas este número deve ser menos de 10% dos moradores, alguns pontos percentuais abaixo da média da população brasileira (15%) se tomarmos como base a pesquisa⁹ que indica que 12,5% dos moradores possuíam computador em 2006, enquanto 20% dos brasileiros possuíam o equipamento no período¹⁰.

O telecentro ocupa uma sala ampla dividida em dois ambientes, no primeiro andar da sede da Associação de Moradores do Morro do Limão (AMML). Desde que foi inaugurado, em 27 de março de 2006, tornou-se a “atração” principal da AMML, já que esta, até o final de 2008, funcionava com muitas dificuldades, com seus presidentes e membros de diretoria

⁷ O nome da “comunidade”, da lan house e de todos os informantes que aparecem neste artigo foram modificados como forma de preservar a identidade dos mesmos.

⁸ Localizado na região central do município de Niterói (RJ), o Morro do Limão possui cerca de 4.500 habitantes (Censo do IBGE, 2000), embora a Associação de Moradores indique um número quase cinco vezes maior. Legalmente, ele é considerado bairro pela prefeitura desde 1986, mas documentos oficiais, assim como as falas da maior parte dos moradores da cidade, referem-se ao local como “favela”, palavra que possui um sentido pejorativo para a maior parte dos brasileiros.

⁹ *Diagnóstico social do Morro do Limão – pesquisa amostral*. Realização: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, Sesc Niterói, Prefeitura Municipal de Niterói, 2006. Disponível no Sesc Niterói.

¹⁰ *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2006*. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2006/index.htm>



envolvidos em atividades incompatíveis com os cargos, como a vida política. Em 2009, a importância e a centralidade do telecentro diminuíram, em função de mudanças na prefeitura de Niterói e na associação de moradores. Por um lado, o telecentro permaneceu fechado durante boa parte dos dias nos primeiros meses do ano. Por outro, a AMML passou a abrir todos os dias, na parte da tarde, e a realizar atividades que não exercia em 2008.

A sede da associação, uma casa de dois andares, fica na parte mais alta do morro, uma área plana ocupado por um campo de futebol de terra. Por causa dessa localização, jovens que moram na parte de baixo afirmam que não frequentam o telecentro nem as lan houses situadas na parte de cima, preferindo a que fica próxima a casa deles. Ao redor do campo há também casas, bares, uma padaria, o Grupo de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE) - projeto da polícia militar instalado no Morro do Limão em 2006 - e as descidas. São três atalhos de escada que levam ao Centro da cidade e uma rua principal. Descendo esta rua, chegamos a uma bifurcação, a cerca de 200 metros. Se pegarmos a direita, descenderemos no bairro do Ingá; à esquerda, sairemos no bairro de Icarai ou no Centro.

É nessa bifurcação que fica a Point Lan House, ao lado de um bar e um salão de cabeleireiro. Há na mesma calçada outra lan house, inaugurada em 2008, que obrigou a Point a baixar sua hora de navegação de R\$ 2,00 para R\$ 1,50 e, depois, para R\$ 1,00. A terceira lan fica na parte baixa do bairro, em uma rua que já é considerada centro da cidade. No caminho entre o telecentro e a lan há uma escola, uma creche e um posto de saúde municipais, e mais abaixo há um posto de correio comunitário, sendo o telecentro, junto com o GPAE, um dos seis equipamentos públicos existentes no Morro do Limão. A legislação do Estado do Rio de Janeiro¹¹ proíbe a existência de lan houses a menos de 1 Km de distância de escolas de primeiro e segundo graus, pois as considera casas de jogos e não centros de acesso ao computador. Mas a fiscalização não costuma interferir no comércio local.

O telecentro

O telecentro possui sete computadores, sem caixas de som e fones de ouvido, 978 cadastrados¹², todos do Morro do Limão, e é frequentado predominantemente por crianças (encontramos crianças de 6 anos desacompanhadas dos pais, embora a regra da prefeitura diga que menores de 10 anos só podem entrar nos telecentros com um responsável) e adolescentes. Só podem entrar sete pessoas por vez, uma para cada computador, apesar do número de crianças do lado de fora ser grande no período em que o telecentro funcionava regularmente. O antigo coordenador, que trabalhou no espaço até novembro de 2008, costumava dar papel e

¹¹ Lei nº 4.782, de 23 de junho de 2006.

¹² Número foi fornecido pelo coordenador do telecentro, depois de consultar seu cadastro eletrônico, em 01/08/2008.



caneta para que as crianças jogassem ou desenhassem enquanto esperavam. Os horários de acesso eram pré-agendados, e cada usuário podia navegar, no máximo, uma hora por dia.

Cada um dos 18 telecentros da prefeitura de Niterói - todos situados próximos a localidades de baixa renda, com exceção do Espaço 300, localizado no Centro e preparado para receber deficientes físicos - possuía um coordenador e quatro monitores, que permaneciam no local durante todo o horário de funcionamento, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. O telecentro, de novembro de 2008 – já com a eleição municipal terminada – até março de 2009, funcionou de forma precária. A maior parte dos dias esteve fechado; quando aberto, era somente das 12h às 16h. O problema aconteceu, em primeiro lugar, pela mudança de governo; os novos gestores decidiram rever o projeto antes de continuá-lo. O segundo motivo é a ausência de monitores que querem trabalhar no local, considerado por muitos uma das “comunidades” mais violentas da cidade. Este aspecto foi ressaltado diversas vezes por Joyce, a única monitora que trabalhava no local neste período. Para ela, que é estudante de Serviço Social, sua formação a ajuda em seu trabalho, pois o desafio maior não é entender de softwares ou pensar sobre o que fazer com a rede mundial de computadores, mas lidar com uma realidade que não é a sua, uma realidade, como ela disse, de “favela”.

O tempo de navegação em cada site é curto. Observei, no telecentro, uma dificuldade grande dos usuários em relação ao computador, contrariando a ideia de que as novas gerações “já nascem sabendo” utilizá-lo. Essa dificuldade, a meu ver, está relacionada a outros problemas de sua situação social mais abrangente – relação familiar, déficit escolar etc. Além da navegação no telecentro ser muito dirigida, o coordenador e as monitoras encontram obstáculos para trabalhar com as crianças e os adolescentes, inclusive porque muitos deles não sabem ler nem escrever. Certa vez, o coordenador local, sem que eu perguntasse, falou da dificuldade de avançar por causa do baixo letramento. Perguntei se o telecentro fazia trabalho com a escola vizinha, de onde vem a maior parte das crianças. “Ainda não. Mas queremos fazer, trazendo as crianças que têm mais dificuldade em aprender”, respondeu, na ocasião.

Uma situação como a narrada a seguir ajuda a entender as dificuldades enfrentadas. Eu estava sentada observando o movimento do telecentro. Renata me chama para ajudá-la. Ela diz que tem 7 anos, mas a irmã gêmea Raquel, no computador em frente, corrige: “Temos 11 anos”. Renata está no 2ª ano e Raquel no 5º ano do ensino fundamental, ambas na escola municipal do Morro do Limão. As crianças não conseguem separar a minha figura das monitoras. Para elas, sou adulto e estou ali para ensinar. Renata pede para entrar no site da Barbie. Falo para ela escrever o endereço. Ela não sabe. Soletro para ela, mas ela não conhece as letras. Digito, então, o endereço. Raquel mexe sozinha no computador, mas só entra no site



www.jogosdemeninas.net, cujo endereço está escrito em um dos cartazes do telecentro e está no ícone “favoritos” dos computadores, junto com outros endereços – a maior parte de jogos de pouca complexidade - que são acessados na sala. Em conversa posterior com Raquel, descubro que as gêmeas têm quatro irmãos. Um está preso, o outro elas não veem há alguns anos, a irmã mais velha casou e tem um filho e o mais novo é recém-nascido.

Raquel me explica que gosta do telecentro e não gosta da lan house porque no primeiro há monitores que a ajudam a navegar, “lá tem as tias, tem gente pra ensinar pra gente, na lan house a gente tem que aprender sozinho”. Pergunto se ela utiliza o laboratório de informática da escola, e ela diz que sim, mas só “de vez em quando”, porque “lá a gente é obrigado a ficar num jogo só, todo mundo ao mesmo tempo, fazendo o que a professora manda”. Outra adolescente, Laís, me deu uma explicação semelhante para frequentar o telecentro: “é mais perto [de casa] e tem gente pra me ensinar”. Laís disse também que os pais a proibem de frequentar a lan. Quando tivemos esta conversa, a adolescente ia à Point Lan House para fazer uma fotocópia de um documento para o pai. Foi a única coisa que fez lá, pois disse que a mãe não a deixa frequentar o espaço, “por causas das coisas que ela vê na TV, esses problemas que acontecem na rua”. Laís não soube ou não quis me explicar que problemas são esses.

Todas as crianças chamam as monitoras e o coordenador do telecentro de “tios”, o que é comum no Rio de Janeiro, mas em mais de uma ocasião presenciei crianças perguntando ao coordenador se poderiam chamá-lo de “pai”. O seguinte diálogo que tive com Paula, de 7 anos, que - como outros frequentadores do telecentro e da lan house - tem computador em casa, indica a importância atribuída à sociabilidade:

- Tenho computador em casa. Só que é fininho – diz, referindo-se ao monitor.
- E por que você vem ao telecentro?
- Porque aqui tem mais jogo. Mas lá em casa posso mexer no Orkut.
- Aqui tem mais jogo que na sua casa?
- Não, quer dizer, lá em casa tem mais.
- Então, por que você vem aqui?
- Por causa da tia Lu – diz, referindo-se à monitora Luciana.

As crianças e os adolescentes são maioria no telecentro, mas alguns jovens e adultos frequentam o espaço, em busca, sobretudo, dos cursos oferecidos, com duração de quatro meses, e que incluem navegação, editores de texto e de slide, planilha de cálculo e digitação. Priscila, de 17 anos, se inscreveu para o curso, mas o telecentro fechou antes que conseguisse uma vaga. Ela vê nos cursos de informática oferecidos, muito criticados por serem inferiores aos que os jovens de classe média têm acesso, uma oportunidade de conseguir um emprego e



realizar o sonho do casamento. Ela não pode pagar um curso e a escola pública que frequenta não oferece os pré-requisitos que são considerados hoje fundamentais no mundo do trabalho. Para Priscila - que mora com a avó, já que a casa da mãe só tem um cômodo, fora a cozinha, para ser dividido entre a mãe, o padrasto e a irmã - o telecentro se apresenta como esperança de inserção, a curto prazo, no mercado de trabalho, preocupação constante para outros jovens envolvidos na pesquisa etnográfica e, segundo pesquisa do Instituto Datafolha, o maior sonho de 33% dos jovens brasileiros entre 16 e 25 anos e de 55% dos jovens de 16 e 17 anos¹³.

A análise de que os moradores do Morro do Limão não se apropriaram do telecentro como um espaço destinado a pessoas de todas as idades e a múltiplos usos aparece nas falas da antiga coordenadora do Projeto Telecentro, do antigo coordenador local, da monitora Joyce e dos membros da diretoria da Associação de Moradores. Em março de 2009, fui a uma assembleia organizada pela AMML, a principal ponte de diálogo entre a “comunidade” e o poder público, na qual o telecentro era uma das pautas. O assunto principal era a apresentação, por técnicos da prefeitura, de um projeto arquitetônico que transformaria o campo de futebol de terra em um campo cercado e de grama sintética.

Chico, um dos membros da diretoria da AMML, é quem comanda a reunião, embora em sua fala sublinhe que a diretoria – composta, além dele, que é funcionário público, por Tião, funcionário de uma universidade privada, Correa, estudante de geografia da Universidade Federal Fluminense, e Dona Graça, dona de casa - é “colegiada e democrática” e que as decisões são tomadas por todos. Ele é sindicalista e foi candidato a vereador nas últimas eleições. Com sua voz forte e boa oratória, anota as reivindicações dos moradores: falta de instalação de água em algumas ruas, falta de remédios e médicos no posto de saúde, falta de relógio de luz em algumas casas, o não funcionamento do correio comunitário às segundas-feiras, lixo espalhado pelas ruas, a presença de ratos e ocorrência de casos de leptospirose, a falta de respeito dos policiais militares em relação às meninas da “comunidade”.

Entre uma reivindicação e outra, Chico dá conselhos e “informes”. Divulga seminários de movimentos sociais, fala da importância de haver uma assembleia mensal e da divisão de tarefas da associação entre os moradores. Pede a eles que orientem seus filhos para não brigar com jovens do morro vizinho, situado a cerca de 600 metros, e ocupado por um comando de tráfico de drogas diferente, “para que não haja guerra de facção, como houve no passado, com a perda de vidas”. Há espaço também para os convidados da diretoria darem seus recados.

¹³ Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha nos dias 1º e 2 de abril de 2008, com 1.541 jovens de 16 a 25 anos, em 168 municípios de 24 estados brasileiros. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=700. Consultado em: 28/07/2008.



A arquiteta da prefeitura inicia a apresentação da planta do campo de futebol, mas é advertida por Chico de que o projeto não vai ser aceito sem discussão, “a decisão é da comunidade”. A arquiteta fala das vantagens sociais da prática de esporte. Mostra a planta e diz que o projeto foi elaborado depois de uma série de visitas à “comunidade”, para que pudesse preservar as atividades habituais dos moradores. Fala também de outros projetos da prefeitura para o local, como obras para ampliação do posto de saúde e a implementação do Programa Médico de Família. Diz que, se soubesse do interesse dos moradores nesses outros projetos, teria trazido os responsáveis, mas havia sido chamada para falar só sobre o campo.

Um morador se levanta e tece suas considerações sobre o projeto:

- Precisamos de uma creche comunitária, o número de crianças daqui é muito grande. Precisamos ver a coisa da posse de terra, o prefeito já prometeu; o posto de saúde, uma sala só para as mulheres fazerem exames ginecológicos. Temos vários espaços ociosos que podem ser aproveitados [para a prática de esportes], como a quadra da escola [municipal]. O campo é importante, mas a creche é prioritária – disse, e foi muito aplaudido pelos outros moradores.

Os representantes da prefeitura defendem o projeto, mas Chico encerra o assunto:

- A prioridade é a creche e o posto de saúde. Essa assembleia é soberana, e nós vamos aprovar aqui quais são as prioridades para o morro.

Chico alterna em sua fala os termos “comunidade”, “morro” e “favela”, evidenciando a oposição entre o local onde moram e o restante da cidade. Os termos “favela” e “morro” são usados principalmente quando ele quer incentivar os moradores à participação política. Os moradores votam nas questões apresentadas. Só no final da reunião o telecentro entra em pauta. Chico conta como foi sua reunião com o coordenador do Projeto Telecentro:

- Sempre questionamos o telecentro, a forma de funcionar. Colocamos todas as questões para o coordenador e ele concedeu. A associação vai dar papel, tinta para a impressora. A Secretaria de Educação vai dar uma impressora nova. E a gente vai estabelecer critérios para a impressão. Tem a questão também dos monitores. Falamos que tem que ser gente da comunidade, até para não acontecer como foi algumas vezes, do telecentro ficar fechado porque o monitor teve algum problema. Quem tem segundo grau e curso de informática faz o cadastro aqui. O CIEE [Centro de Integração Empresa Escola] vai avaliar essa pessoa. São quinhentos e poucos reais na carteira [de trabalho], mais vale [alimentação] de R\$ 100,00. O contrato é de um ano. Falamos com eles que não adianta trazer gente de fora, tem que ser minhoca da terra. Quando o telecentro foi fechado em outubro, falaram que a neta da dona X. agrediu a monitora. Não foi isso. Foi o morador que, em vez de conciliar, foi chamar o policial que não gostava da menina. Fora isso, o telecentro já foi reaberto, mas só à tarde.



Um morador aproveita o tema para falar sobre o uso da internet na “comunidade”:

- Muita gente não sabe internet, mas aqui tem até hacker, e usar essa ferramenta para falar mal dos outros é crime. Tem gente usando a internet para dar nota para a religião dos outros. Temos que dar nota é pro governo.

Alguns dias depois, tive uma conversa com Chico sobre a pesquisa do mestrado. Ele quis me testar, para ver quais são as minhas posições e se interessam a ele ou não:

- O que você está vendo no telecentro? Vamos ver se você é das minhas.

Eu disse que via muitos problemas, que achava que o telecentro não era aproveitado em toda a sua potencialidade, que não havia sido apropriado pela “comunidade” como espaço de desenvolvimento local, como era objetivo da prefeitura, mas que era um espaço de sociabilidade e lazer para as crianças. Chico deu um sorriso satisfeito e criticou o telecentro:

- Só servia para as crianças jogarem aqueles joguinhos e mexerem naqueles programinhas. Mas agora vamos mudar – disse.

A lan house

Duzentos metros ladeira abaixo, a Point Lan House possui 17 computadores, com caixas de som e fones de ouvido. O espaço é pequeno para a quantidade de máquinas e pessoas que circulam, observando ou ajudando outros a navegar ou simplesmente esperando um micro vagar. Na lan house, a maior parte dos usuários são homens - adolescentes e jovens. Os adolescentes frequentam o local principalmente na parte da manhã e preferem os jogos de simulação. Os mais velhos aparecem na parte da tarde e à noite – horário de maior movimento, assim como os fins de semana - e jogam, principalmente, Counter Strike (CS), um jogo que, em sua versão brasileira, simula a perseguição de policiais militares do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) a traficantes em favelas. Os jovens não costumam chegar em grupo, mas, ao chegar, rapidamente identificam os outros usuários, quase todos moradores do Morro do Limão. As mulheres, em geral, acessam e-mail ou Orkut, poucas se aventuram nos jogos com os meninos. Alguns homens vão à lan para acessar e-mail, Orkut e Youtube. Muitos aparecem para ver quem está no local, encontrar os amigos, “bater um papo”.

Para usar os computadores, os frequentadores têm de fazer um cadastro simples, que inclui nome e número de identidade. O tempo de navegação é variável. Alguns pagam R\$ 1,00 para navegar por uma hora, outros usam os créditos que sobraram de outro dia, outros pagam R\$ 0,25 para permanecer no computador por quinze minutos. A troca de computadores também é comum, produzindo uma movimentação grande de jovens pelo espaço. Os jovens trocam de máquina para ficar mais próximos dos que compartilham o jogo com eles no momento, para ter maior privacidade ao navegar pelo Orkut e conversar pelo MSN, ou



simplesmente porque o teclado de um computador funciona melhor do que de outro. Alguns fazem pesquisas e trabalhos escolares, redigem seus currículos, e pagam R\$ 0,50 pela impressão de cada página. O número de adultos e idosos é pequeno.

Um jovem de 21 anos faz uma reflexão sobre as novas mídias ao explicar por que frequenta a lan. Ele compara a TV aberta a “adestradores de cães” e sublinha a liberdade de navegação e envio de mensagens propiciada pela internet: “na internet, ninguém me obriga a ver nada, eu escolho o que quiser. E posso enviar mensagens”.

Um dos frequentadores mais assíduos da lan house é Luís Carlos, conhecido como LC. Ele vai à lan house quase todos os dias; joga, principalmente CS, utiliza o MSN, navega no Orkut. Muitas vezes vai só para conversar com os amigos, e nesses meses em que estou fazendo a pesquisa, esteve procurando emprego por duas vezes. Na primeira vez, conseguiu uma vaga em uma lanchonete do Piazza Shopping, onde trabalhou por algum tempo. Na última vez em que estive com ele na lan, estava mais uma vez preparando seu currículo, “pra espalhar por aí”. Ele tem 21 anos e está ainda no 9^a ano do ensino fundamental.

Daniel, o dono da Point Lan House, é estudante de odontologia e quase não fica no estabelecimento, apesar de ser quem faz a montagem e programação dos computadores. Sua mulher, Alice, estudante de enfermagem, é quem cuida da loja, e divide o trabalho com o funcionário Rafael, já que a lan abre todos os dias da semana, de manhã, de tarde e de noite. Alice mora no Morro do Limão há 12 anos, mas diz que ninguém no local a conhecia, até que ela e o marido abriram a lan, em meados de 2007. Um ano depois, o investimento que fizeram já estava quase pago, e ela acreditava que o negócio passaria a dar lucro.

Alice não deve ter mais do que 25 anos e demonstrou interesse em conversar sobre universidade, assim que começamos a pesquisa, reclamando do preço da faculdade privada que cursa. Num dos primeiros dias do trabalho de campo, reclamou da “zoeira da molecada”, do “barulho, gritaria, música”: “conheço todas as músicas, até parece que sou funkeira”. De fato, quase sempre há algum som tocando na lan house, vindo de um – ou mais de um – computador ou do celular de algum frequentador. As músicas mais ouvidas são funk, pagode, eletrônica e melodias românticas. Uma vez ouvi por lá um rock. Mas não é só com a liberdade de trânsito e de utilização dos computadores que a lan procura atrair os jovens. Ela apóia festas, como as “choppadas” que vieram substituir os bailes funks proibidos pela polícia, e realiza sorteios. Em agosto de 2008, por exemplo, foi sorteado um computador.

Na primeira conversa mais aprofundada que tive com a dona da lan, ela me advertiu, sem que eu a houvesse questionado:



- Vem todo tipo de gente aqui, mas a maior parte mesmo é para Orkut, MSN e jogo. Se você quiser ver as pessoas pesquisando, quase não vai ver – disse, em tom de decepção.

Rafael, o funcionário da lan, tem 23 anos, nasceu no Morro do Limão – ainda que tenha morado um período fora, no bairro do Barreto, com o pai - e começou a trabalhar no local cerca de seis meses depois que abriu. Assim como Alice, em mais de uma ocasião ele quis conversar sobre trabalho, universidade e planos para o futuro. Rafael é da idade de muitos dos frequentadores da lan house, e estabelece com eles relações profissionais e pessoais, que muitas vezes se misturam. Ajuda em problemas com as máquinas, tira dúvidas de navegação, desbloqueia áreas e funções dos computadores só acessíveis quando solicitadas, como a criação de pastas, o salvamento de arquivos no computador ou a utilização de outras mídias, como um *pen drive*. Conversa com os frequentadores sobre assuntos diversos, relacionados ao universo *on line*, como personagens, ações e características dos jogos, ao universo *off line*, como festas e futebol, ou a ambos, como a troca de arquivos de música e os recados deixados por meninas em seu Orkut, provocando os ciúmes de sua namorada. Também como muitos jovens que circulam por ali, divide suas preocupações entre a responsabilidade financeira com a família (a necessidade de trabalhar e de compartilhar a manutenção da casa e a criação da enteada com a namorada), o sonho com um futuro melhor (que inclui uma formação educacional de nível superior) e os momentos de lazer e diversão (como as maratonas de jogos, que viram a madrugada, realizadas principalmente na lan house vizinha).

Encontrei também durante a pesquisa jovens que não frequentam nem o telecentro nem a lan house, como Maycon, de 21 anos, que participou de um projeto que coordenei no Morro do Limão em 2007. Ele diz não frequentar mais esses espaços pois encontrou no grupo de produção audiovisual do projeto novas amizades e formas de sociabilidade, a possibilidade de se inserir, a longo prazo, em um mercado de trabalho que exige maior qualificação e, segundo diz, a chance de ser produtor e não só consumidor de informação e, assim, “lutar por um mundo melhor”. Maycon é filho de uma professora de uma creche da prefeitura de Niterói, e mora com os pais, o irmão e a irmã em uma casa de três quartos. A mãe acompanha o filho nas atividades de que participa, e considera a educação fundamental para o futuro do jovem.

Considerações finais – As categorias de análise

A observação participante, “de dentro e de perto”, indica pontos de análise que talvez não fossem revelados por uma pesquisa feita “de fora e de longe” (MAGNANI), que não contemplasse a percepção dos sujeitos envolvidos no processo. Os usos e os significados que os frequentadores da lan house e do telecentro, outros moradores da “comunidade” e formuladores de políticas públicas atribuem a esses espaços revelam categorias de análise que

não se resumem a uma discussão sobre inclusão digital, como sugeriam as hipóteses iniciais da pesquisa. Indica também que há mais aproximações do que diferenças entre esses espaços, o que nos leva a questionar a forma como a inclusão digital tem sido tratada no Brasil.

Chama a atenção, em primeiro lugar, a mudança na relação dos jovens com a mídia, relação centrada não mais no modelo de comunicação de massa, mas nos novos modelos de comunicação abertos à interatividade e à participação. Os jovens que circulam na lan house e no telecentro estão muito interessados em computador e celular, nos jogos e na troca de arquivos de música e mensagens; ao que parece, estão perdendo o interesse pelos programas de televisão, através dos quais não podem interagir. As novas gerações – em maior ou menor grau, uma vez que existem inúmeras diferenças regionais – já crescem cercadas por linguagens audiovisuais e virtuais que modificam a maneira de entender e se relacionar com o mundo. Internet, celulares, televisores ajudam a formar padrões estéticos, sociais e de consumo, influenciando comportamentos, provocando desejos (MARTÍN-BARBERO, 2003).

Apesar de as análises atuais mostrarem que a tendência hegemônica é que as novas gerações dominem com muita facilidade as novas tecnologias, vindo daí a reflexão de que elas precisam fazer parte do processo de aprendizagem e são importantes ferramentas para o exercício da cidadania, o processo, na prática, se mostra mais complexo. De fato, a observação da lan house mostra que os jovens e as crianças navegam com bastante autonomia, mesmo quando se trata de jogos de simulação com desafios a solucionar e o texto escrito em inglês. Mas, no telecentro encontramos uma dificuldade muito grande por parte das crianças e dos jovens para a navegação autônoma. Em ambos os espaços, observamos que as potencialidades das novas tecnologias para a construção de conhecimento, o desenvolvimento local, a atuação política e o exercício da cidadania não estão sendo pensadas.

Uma segunda categoria de análise, articulada à primeira, é a importância dos espaços pesquisados como forma de sociabilidade e de criação de vínculos *locais* - seja para o desenvolvimento e a manutenção de amizades, a exibição de gosto estético e musical dos jovens, o reforço da identidade, a troca de experiência sobre os jogos e conhecimentos técnicos de informática. Os pais, diferentemente do que costumamos ouvir em muitas famílias de classe média que controlam o tempo dedicado ao lazer para ampliar o tempo de estudo, muitas vezes incentivam a presença de seus filhos nas lan houses – e também nos telecentros – porque nesses espaços, *pedaços* intermediários entre o privado (a casa) e o público, “onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 2008) eles estariam resguardados das “ameaças da rua”.



Até a fase atual da pesquisa, não ouvi ninguém fazer a distinção entre o acesso gratuito no telecentro e o acesso pago na lan house, embora ache que este é um obstáculo à utilização do segundo. Os comentários sobre esses espaços dizem respeito, em geral, ao que se faz e a quem se encontra em cada um deles, estabelecendo diferentes tipos de relação e de sociabilidade. As crianças, ao que me parece, frequentam o telecentro mais interessadas na relação com o coordenador e com as monitoras do que em utilizar o computador, o que não deixa de indicar a busca pela construção de laços afetivos.

Os jogos, não incluídos na categoria “educativos”, são as principais ferramentas trabalhadas em ambos os espaços, apesar do conceito da política pública do governo indicar que o espaço do telecentro serve para a “aprendizagem” e o “desenvolvimento da cidadania”. Mesmo tendo o jogo como foco central de suas atividades, alguns dos jogadores e mesmo a dona da lan house questionam qual é meu interesse em pesquisar o tema, já que eles mesmos consideram o que fazem entretenimento e acham que pesquisa acadêmica é “coisa séria”.

O questionamento do lazer e do entretenimento, presente não só nas falas que se referem à lan house e ao telecentro, mas também na discussão sobre a relevância e o significado de um novo campo de futebol na “comunidade”, nos remete a uma discussão muito comum nas ciências sociais que opõe essas categorias ao que é sério, ao trabalho e à política. Longe da perspectiva que considera que a centralidade do entretenimento nos dias de hoje gera somente uma espetacularização da vida, um controle sobre as subjetividades e uma alienação do mundo, entendemos que o entretenimento também propicia novas formas de cognição, de autonomia e de sociabilidade (SÁ e ANDRADE, 2009) e, portanto, abre novas perspectivas que devem ser consideradas pelas políticas públicas de inclusão digital e social.

Como terceiro ponto de reflexão, cabe apontar que o telecentro e a lan house fazem parte de uma estrutura social muito mais complexa, que inclui relações familiares, vizinhança, renda, qualidade da educação formal, acesso a serviços básicos, como saneamento, transporte, saúde, lazer e cultura, cor, classe e os estigmas (GOFFMAN, 2008) que podem estar associados a um ou mais desses elementos, por tratarem-se de moradores de uma “favela”, espaço definido pelo *senso comum* (GEERTZ, 1997) a partir de características negativas: ausência do poder público, ausência de higiene, miséria e violência.

Não queremos, com isso, corroborar as visões essencialistas sobre a identidade e afirmar que a classe ou a identidade de morador de favela é determinante mas, segundo a visão já apresentada, chamar a atenção para o fato de que, em alguns contextos, algumas identidades são mais enfatizadas do que outras, não no sentido de que são fixas, dadas, imutáveis, mas no sentido do jogo político de definição de quem pode ser excluído e quem pode ser incluído, de

manutenção ou de rompimento dos estigmas, levando em conta que identidade está associada a diferença, que a identidade se constrói em relação ao outro (VELHO, 1994).

Entretanto, a afirmação – pelo próprio sujeito ou pelo outro - da identidade de morador de “favela”, de “morro” ou de “comunidade” não apresenta um único sentido. Se, em alguns momentos, como vimos nas falas dos informantes, essas identidades estão associadas a *estigmas*, por outro enfatizá-las pode significar a busca de uma *identidade de resistência* ou *identidade de projeto*, tal como postulado por Castells.

Os usos que as crianças e os jovens dão à lan house e ao telecentro e as interações que estabelecem não são homogêneos. Esse é um espaço, um *pedaço* (MAGNANI, 2008) ou um círculo de relações a que se filiam, mas a cidade permite que transitem por vários círculos (SIMMEL, 1967) e que esses tenham importância maior ou menor em determinados momentos de suas trajetórias. O indivíduo, assim, se configura como um ponto de interseção de vários mundos (SIMMEL), nos quais estão inseridos com graus variados de adesão e de comprometimento (SCHUTZ). A participação em grupos identitários, mesmo os mais tradicionalmente ligados ao território, não elimina a possibilidade de escolha dos indivíduos entre situações possíveis em determinados momentos; a cidade apresenta-se como um *campo de possibilidade* (VELHO, 1994) que “trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico e da cultura”. A mobilidade material e simbólica disseminada pelo capitalismo moderno permite também que os indivíduos sonhem com uma mobilidade social (FOOTE-WHITE, 2005) e que desenvolvam *projetos* – entendidos, no conceito de Schutz, como condutas organizadas para atingir finalidades específicas.

E, se é verdade que - com os graves problemas sociais que enfrentamos na atual fase do capitalismo, níveis altos de desemprego, informalidade do trabalho e uma crise de sentido e de qualidade na educação pública - podemos imaginar um cenário de jovens desesperançados e desmobilizados, por outro encontramos trajetórias de jovens que desenvolvem *projetos* quer de nível individual que de nível coletivo. O telecentro e a lan house estão disponíveis para os jovens, mas têm significados distintos para eles, pois, apesar de inseridos em um contexto social comum, cada um possui sua *trajetória*, perpassada por redes de relações variadas, e com projetos distintos dentro de seus *campos de possibilidades*.

Sublinhando este quarto ponto de análise, desejamos evitar um otimismo ingênuo, supondo que o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação bem como às competências necessárias para sua plena utilização poderá, sozinho, reverter o quadro de desigualdade social. A eliminação da identidade de “excluído digital”, de “analfabeto digital”,



de “infopobre” (SILVEIRA, 2001) ou de “desconectado” (SORJ, 2003) não elimina automaticamente a identidade de “pobre”, de “favelado”, de “morador de comunidade carente”, e estes “problemas” estão intrinsecamente articulados, necessitando de uma reflexão, planejamentos e estratégias públicas mais profundas.

Políticas de inclusão digital, como indicam os dados preliminares da pesquisa de campo, só terão impacto significativo para o desenvolvimento social se estiverem aliadas a outras políticas públicas, em áreas diversas como educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento local, desenvolvimento de tecnologia nacional, emprego e renda, etc. Além disso, elas precisam ser construídas e geridas em parceria com as populações beneficiadas, a serviço de suas demandas e do fortalecimento de um circuito de cidadania (CANCLINI, 1995) que coloque a população como protagonista das mudanças na sociedade.

Referências bibliográficas

- CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Vol. 2 de *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de esquina [Street Corner Society]**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. RJ: Guanabara, 1989.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor e TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. 3ª ed. São Paulo: Editora da USP/Fapesp, 2008.
- SÁ, Simone Pereira de; ANDRADE, Luiz Adolfo de. **Second Life e Stars Wars Galaxies: encenando o jogo da vida na (ciber)cultura do entretenimento**. Trabalho apresentado no GT “Mídia e entretenimento”, da XVI Compós, UNIP, 2008. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_294.pdf
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. Em: VELHO, Otávio G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com**: A luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; Brasília/DF: Unesco, 2003.
- VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.